

E quando o auxílio emergencial acabar? Congresso discute propostas



O Renda Brasil, projeto de renda mínima defendido ao longo dos últimos meses pelo governo, não é mais uma opção para o ano que vem, segundo determinação recente do presidente Jair Bolsonaro. Mas há certo consenso entre economistas sobre a necessidade de haver um plano para apoiar as famílias que vão deixar de receber o auxílio emergencial no fim deste ano. Desta forma, nos bastidores, Executivo e Legislativo se movimentam nesse sentido.

A grande dificuldade da equipe econômica tem sido criar um plano amplo o suficiente para atender parte mais vulnerável da população

sem utilizar recursos novos do Orçamento federal, já estrangulado com obrigações fixas. Só no Senado há oito propostas em tramitação, das quais duas não representariam ameaça ao teto de gastos — regra constitucional criada em 2016 que limita o aumento das despesas públicas à inflação do ano anterior —, segundo Pedro Fernando Nery, economista e consultor legislativo do Senado.

A primeira delas é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 34, que propõe a criação do benefício universal infantil. Trata-se de uma renda básica para ajudar famílias com crianças, a exemplo do Bolsa Família. Seria custeada por heranças, re-

dução nos gastos tributários, como lucros e dividendos, deduções no imposto de renda, e unificação de programas sociais considerados pouco eficientes na redução da pobreza por economistas, como o abono salarial, espécie de 14º salário para trabalhadores formais de baixa renda.

O fim do abono salarial, assim como as mudanças em deduções do IR e a tributação de dividendos e lucros, estava nos planos do ministro Paulo Guedes. Porém, pelo menos o fim do abono foi vetado por Bolsonaro, que disse não poder “tirar de pobres para dar a paupérrimos”. Só esse benefício abriria um espaço de quase 20 milhões de reais no Orçamento.

Exame

Economia



Confiança do empresário do comércio tem alta recorde em setembro

Página - 03

Política



Autoridades ignoram pandemia, fazem eventos sem proteção, e casos de Covid se espalham

Página - 04

Eleições 2020: 72 parlamentares vão entrar na disputa por prefeituras

Página - 04

Cultura



História Vive: A Guerra do Yom Kippur

Página - 05

No Mundo

Europa estuda fatiar acordo com Mercosul para facilitar aprovação



A União Europeia estuda fatiar a proposta de acordo com o Mercosul para facilitar a aprovação do tratado de livre comércio.

Em sua forma atual, o texto é um acordo de associação ampla, que além de comércio, inclui cooperações em áreas como defesa e ciência e compromissos em setores como direitos humanos e do trabalho.

Com um alcance tão vasto, o acordo extrapola a responsabilidade apenas do poder central da União Europeia e inclui áreas que são de responsabilidade compartilhada entre a UE e os Estados-membros, como direitos humanos, direitos sociais e imigração.

É nessa “guarda compartilhada” que reside o problema: quando há temas de responsabilidade dos países, um acordo só tem valor depois

de aprovado pelos Parâmetros nacionais de todos os 27 membros - e dos Parâmetros regionais em federações como a Bélgica.

Vários desses Legislativos, como o da Áustria, da Holanda e da região belga da Valônia, já expressaram intenção de barrar o acordo, o que levaria as negociações para a estaca zero na atual configuração.

A solução estudada agora pela Comissão Europeia (Poder Executivo da UE), antecipada pelo jornal Valor Econômico, foi adotada recentemente nos acordos com Vietnã e Singapura.

Os tratados com esses países asiáticos tinham uma parte comercial e outra de investimentos. A Comissão fez o chamado “splitting”, o que permitiu que o tratado de livre-comércio fosse aprovado apenas nas instâncias centrais

(Conselho e Parlamento Europeus), sem ter que passar pelos Parâmetros nacionais e regionais.

A parte de investimentos segue tramitando normalmente, sem risco de inviabilizar o comércio caso seja rejeitada.

O fatiamento pode facilitar até mesmo a aprovação pelo poder central do bloco, já que deixa de ser necessária a unanimidade dos votos no Conselho Europeu (formado pelos líderes dos 27 países).

O acordo comercial puro exigiria o sim de 55% dos países (atualmente, no mínimo 15), desde que representem 65% da população do bloco. Essa fórmula abre espaço para que países como a França - onde o acordo comercial é apoiado pela indústria e rejeitado pelos agricultores - se abstenham, aumentando a chance de aprovação.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

China faz demonstração de força militar e envia 18 aviões contra Taiwan



A China cumpriu o prometido e fez uma demonstração de força militar contra Taiwan no dia em que uma alta autoridade americana se encontrou com a presidente da ilha que considera parte de seu território.

Nada menos que 18 aviões militares chineses voaram em direção a Taiwan, 2 deles bombardeiros H-6 e o restante caças J-10, J-11 e J-16, obrigando a Força Aérea de Taipé a reagir.

A Rússia quer impedir Biden de ganhar a eleição, diz chefe do FBI

Após ser um dos temas da eleição americana de 2016, a Rússia está voltando aos holofotes durante a preparação para o próximo pleito, marcado para 3 de novembro.

Em depoimento nesta quinta-feira, 17, o diretor do FBI, Christopher Wray, disse que a Rússia estaria buscando atrapalhar a campanha presidencial do democrata Joe Biden.

Em fala à comissão de segurança na Câmara, Wray disse que pessoas ligadas a Moscou estão tentando semear discórdia nos Estados Unidos. O objetivo, segundo ele, é “sobretudo denegrir o vice-presidente Biden e o que os russos veem como um establishment anti-Rússia”.

O agente disse ainda que, desta vez, a China e o Irã, que Wray classificou como “adversários globais”, também estariam tentando semear desinformação na campanha

presidencial por meio das redes sociais.

“Esse ciclo eleitoral, em meio à pandemia de covid-19, fornece ampla oportunidade para governos estrangeiros hostis conduzirem campanhas de desinformação”, disse Wray, e “diminuir a confiança em nossas instituições democráticas e valores”.

O presidente Donald Trump tenta uma reeleição contra Biden, que foi vice-presidente nos dois mandatos de Barack Obama, entre 2009 e 2016. Em 2016, Trump venceu a eleição presidencial — seu primeiro cargo eletivo público — contra a democrata Hillary Clinton, após vencer em estados decisivos.

Uma das maiores controvérsias dessa eleição são as discussões acerca do voto pelo correio, que é permitido nos Estados Unidos, mas criticado pelo presidente Trump, que afirma que a modalidade pode gerar fraudes.



Igor Gielow/Folhapress

A informação foi dada pela própria Aeronáutica da ilha. “Enviamos caças e empregamos sistemas de defesa antiaérea”, afirmou, no Twitter. Foram ao menos 17 decolagens taiwanesas, segundo a imprensa local.

A frota chinesa ultrapassou a linha divisória no estreito de Taiwan, considerada a fronteira informal entre os países, mas não entraram no espaço aéreo formal da ilha. Foi a maior ação do gênero nos últimos anos.

Não houve incidentes, embora sempre haja o risco de uma interceptação acabar em colisão ou mesmo em um confronto não programado. Taiwan opera principalmente caças F-16, de fabricação americana.

A ação de Pequim ocorreu no dia em que Keith Krach, subsecretário de Assunto Econômicos do Departamento de Estado, se encontrou com a presidente Tsai Ing-wen.

Igor Gielow/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Confiança do empresário do comércio tem alta recorde em setembro



O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), medido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registrou, em setembro, alta de 14,4% na comparação com agosto. É a maior alta da série histórica da pesquisa, iniciada em abril de 2011. Apesar da alta mensal recorde, o indicador chegou a 91,6 pontos em uma escala de zero a 200 pontos, ainda 23,1% abaixo do patamar de setembro do ano passado. Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a expectativa é que a flexibilização das medidas de distanciamento social sustente a reto-

mada da atividade econômica no terceiro trimestre. “O volume de vendas do comércio tem apresentado crescimento nos últimos meses, impulsionado pela reabertura das lojas do varejo não essencial, o que tem impactado na percepção cada vez mais otimista dos comerciantes”, disse Tadros. Na comparação com agosto, houve alta em todos os componentes do indicador. As condições atuais do empresariado subiram 42,1%, avanço puxado principalmente pelo componente de confiança no momento atual da economia (alta de 65,6%). As expectativas cresceram 7,2%, influenciadas pelo aumento da confiança no futuro da economia (alta

de 9,7%). Já as intenções de investimentos cresceram 13,1%, puxadas pelo componente de contratações de funcionários (alta de 22,3%). Já na comparação com setembro de 2019 ocorreu o oposto, com queda em todos os componentes. As condições atuais caíram 41,5%, com destaque para o recuo 52,3% no momento atual da economia.

As expectativas recuaram 13,1%, também com destaque para a confiança na economia (-16,1%). Enquanto isso, as intenções de investimentos tiveram queda de 21,7%, com destaque para os investimentos na empresa (-32,3%).

Vitor Abdala/ABR

Mais 1,1 milhão saem em busca de vaga e taxa de desemprego dispara



A volta dos brasileiros às ruas já começa a pressionar a taxa de desemprego, que na quarta semana de agosto bateu 14,3%, o maior nível desde o início da pandemia. São, ao todo, 13,7 milhões de desempregados, informou nesta sexta (18) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em uma semana, segundo o instituto, 1,1 milhão de pessoas ingressaram na fila do emprego no país, o que explica a pressão sobre a taxa de desemprego, que saltou de 13,3% para 14,3% - o indicador considera apenas as pessoas que disseram ter ido

Moedas digitais não devem provocar grandes mudanças porque economia já está digitalizada, diz Arminio Fraga

O ex-presidente do Banco Central (BC) Arminio Fraga disse nesta quarta, 16, que as moedas virtuais, como o bitcoin, não devem provocar uma grande mudança da política monetária praticada pelos bancos centrais. Segundo Arminio, num mundo que já é digital, o estoque de moedas perdeu importância para os bancos centrais, que operam mais em cima das taxas de juros.

“Acho que não vai mudar muito, não. A política monetária tem seus limites. Hoje os bancos centrais viraram ‘resolvedores’ de todos os problemas. Na verdade não são, mas, de fato, têm muito poder, e esse poder seguirá sendo exercido com seus

grandes benefícios e também com riscos”, afirmou Arminio Fraga durante live sobre sistema financeiro promovida pelo Instituto Propague.

“Acho que os bancos centrais precisam fazer o seu trabalho mais ou menos como sempre, adaptados à tecnologia atual. A moeda digital já chegou”, complementou o ex-presidente do BC, que considera as moedas virtuais como um fenômeno abraçado por hiperliberais que não querem nada que seja supervisionado pelo governo.

Ele acrescentou ainda que as criptomoedas podem até funcionar para transferências, dada a sua tecnologia, mas são instáveis, não são baratas e não têm valor de compra.

Estado SP/Biznews



atrás de uma vaga no período pesquisado.

Os dados são da pesquisa Pnad Covid, que busca identificar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho, e não devem ser comparados com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) Contínua, que mede a taxa oficial de desemprego do país.

Mas apontam tendências sobre o crescimento do desemprego no país. No segundo trimestre, a Pnad Contínua trouxe uma taxa de desemprego de 13,3%, a maior para o período desde que a pesquisa começou a ser feita no formato atual, em 2012.

No início da pandemia, com a população em isola-

mento e o comércio fechado na maior parte do país, a taxa de desemprego medida pela Pnad Covid era de 10,5%, já que menos gente se dispunha a sair em busca de trabalho.

“O mercado de trabalho estava em ritmo de espera para ver como as coisas iam se desenrolar. As empresas estavam fechadas e não tinha local onde essas pessoas pudessem trabalhar”, diz a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Vieira. “À medida que o distanciamento social vai sendo afrouxado, elas vão retornando ao mercado de trabalho em busca de atividades.”

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Autoridades ignoram pandemia, fazem eventos sem proteção, e casos de Covid se espalham



A pandemia não terminou nem há vacina para a Covid-19, mas, em Brasília, autoridades retomaram festas e cerimônias. No país, são 4 milhões de casos e 135 mil mortes em decorrência do novo coronavírus.

Em uma semana, houve posse no STF (Supremo Tribunal Federal), casamento de filha de ministro e celebração do ano-novo judaico. Houve aglomeração, falta de máscara e cumprimentos com abraços e apertos de mão.

O Supremo tem realizado sessões remotas por causa da pandemia. Porém parte dos ministros voltou à sede da corte para prestigiar a posse do ministro Luiz Fux como novo presidente, na semana passada.

Até esta sexta-feira (18), após a cerimônia, sete autori-

dades presentes haviam sido diagnosticadas com o novo coronavírus.

O evento no Supremo foi realizado com alguns cuidados. Foi reduzido o número de convidados em plenário, e ministros e presidentes de Poderes, separados por placas de acrílico. Jornalistas ficaram do lado de fora, e a TV Justiça transmitiu apenas a cerimônia oficial, quando pessoas sem máscara foram vistas apenas no momento de discursar ao microfone.

Em um perfil nas redes sociais, porém, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) publicou uma foto do dia do evento no STF. Nela, dois ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) apareceram sem máscara ao lado da presidente da enti-

dade, a juíza Renata Gil, que também não usava proteção.

Dias depois, Fux, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os dois ministros da foto -Luís Felipe Salomão e Antonio Saldanha Palheiro-, a presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), ministra Maria Cristina Peduzzi, o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, informaram estar com Covid-19.

O Supremo afirmou que o cerimonial está em contato com todos os convidados da posse sobre a importância de buscar o serviço médico. "A presidência do STF vem prestar solidariedade e votos de ampla recuperação aos que eventualmente contraíram a Covid-19", disse, em comunicado. Daniel Carvalho/Folhapress

Entenda o que é e como funciona a Lei Geral de Proteção de Dados



ALGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) foi sancionada e publicada nesta sexta-feira (18) no Diário Oficial da União.

A sanção da proposta passa a ter aplicação imediata. O texto divulgado pela Secretaria-Geral no fim da noite de quinta-feira (17) não menciona a criação da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

O marco da privacidade foi aprovado ainda em 2018, durante o governo de Michel Temer (MDB), mas a lei é debatida há mais de dez anos.

Pela lei que agora entra em vigor, o cidadão passa a ser titular de seus dados.

Regras passam a ser impostas aos setores público e privado, que se tornam responsáveis pelo ciclo de um dado pessoal na organização: coleta, tratamento, armazenamento e exclusão. A lei vale tanto para meios online, como para os offline.

Debatida há mais de dez anos, a lei coloca o cidadão na figura de titular de seus dados. A norma impõe regras aos setores público e privado, que se tornam responsáveis por todo ciclo de um dado pessoal na organização: coleta, tratamento, armazenamento e exclusão. A lei vale para meios online e offline.

Uma das principais transformações é a garantia legal de

Eleições 2020: 72 parlamentares vão entrar na disputa por prefeituras

A disputa por prefeituras nas eleições deste ano terá 72 parlamentares: dois senadores, Jean Paul Prates (PT-RN), em Natal, e Vanderlan Cardoso (PSD-GO), em Goiânia e 70 deputados. O número de parlamentares candidatos a uma vaga municipal mantém a tendência de 2016, quando o número de candidaturas entre senadores foi o mesmo. Naquele mesmo pleito, o número de deputados federais candidatos teve um registro a mais que este ano.

Desde quinta (17) até o dia 29 de novembro, emissoras de rádio e televisão deverão observar uma série de restrições ao conteúdo que transmitem sobre candidatos, partidos políticos e coligações ou que revele a posição política de eleitores. As restrições estão previstas na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e fazem parte do calendário eleitoral 2020. O não cumprimento das regras pode acarretar a cassação do registro da candidatura, ou do diploma de eleito, por uso indevido dos meios de comunicação.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, durante a vigência do período eleitoral, as emissoras estão li-

vres para organizar debates políticos ou citar candidatos, partidos ou coligações em programas jornalísticos. Mas a exibição de qualquer conteúdo que os mencione ou favoreça – como peças de propaganda política ou novelas, filmes e séries, por exemplo – não é permitida.

Os programas de rádio ou TV que tenham o nome de um candidato ou façam menção a ele não poderão mais ser transmitidos até depois do segundo turno das eleições. Desde o dia 11 de agosto os próprios candidatos que atuavam como apresentadores já estão afastados dos programas. Até a data do segundo turno de votação, as emissoras de rádio e televisão também não podem exibir imagens de realização de pesquisa ou consulta eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado, ou que haja algum tipo de manipulação de dados.

Por causa da pandemia do novo coronavírus, a data do primeiro e do segundo turnos das eleições municipais de 2020 foram alteradas para os dias 15 e 29 de novembro, respectivamente. A mudança foi feita por meio da aprovação de uma emenda constitucional por deputados e senadores. Karine Mello/ABR

acesso e transparência sobre o uso de seus dados. O cidadão poderá exigir das empresas públicas e privadas informações claras sobre quais dados ela coletou, como os armazenados e para quais finalidades os usa. Poderá pedir cópia dos mesmos, solicitar que sejam eliminados ou transferidos.

Qualquer dado que identifique uma pessoa (como nome completo ou CPF) ou que possa vir a identificar a partir do cruzamento com outros dados. Dados sensíveis (biométricos ou ligados a posições políticas e religiosas) têm proteção extra; não valem para a lei dados jornalísticos, artísticos e acadêmicos.

Paula Soprana/Folhapress

História Vive: A Guerra do Yom Kippur

No dia 06 de outubro de 1973, forças do Egito e da Síria atacaram posições do exército israelense no deserto do Sinai e nas colinas de Golan, territórios ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Muitos consideram a guerra de 1973, iniciada no feriado judaico do Yom Kippur (dia do perdão), como uma continuação da guerra de 1967. Um contra-ataque árabe, após a derrota sofrida seis anos antes.

Na verdade, à guerra de 1967 seguiu-se a chamada “guerra de atrito”, atendendo a resolução da Conferência de Cartoum, onde nações árabes proclamaram os “três não”: Não a paz, não ao reconhecimento (de Israel) e não as negociações.

Nasser, adepto da política “terceiro mundista” de não se definir por um lado na “guerra fria”, solicitava armas e apoio militar à União Soviética, se esta não lhe atendia, ele ameaçava procurar apoio no ocidente, resultando que os soviéticos comprometeram-se cada vez mais com o rearmamento árabe. Os clientes principais eram Egito e Síria, mas, Líbia, Iraque e outros, em maior ou menor escala, receberam grandes quantidades de armamento.

Em 1967, a ofensiva terrestre israelense havia tomado toda a península do Sinai, chegando às margens do Ca-

nal de Suez (que foi fechado pelos egípcios). Ali forças de Israel e Egito defrontavam-se através do canal. Em 1969 os israelenses criaram o que viria a chamar-se “Linha Bar Lev”, um conjunto de fortificações, posições de artilharia, posições fixas para carros de combate (tanques de guerra), tudo guarnecido por uma barragem de areia de até 30 metros de altura, que tornava a transposição do canal, virtualmente impossível. Israel confiava no poder de reação de sua força aérea, e acreditava que, o mínimo de 48 horas, necessário para mobilizar suas reservas, estaria assegurado. Mesmo atravessando as linhas israelenses, os egípcios ainda teriam que atravessar 240 km de deserto, pensaram os israelenses, havia uma falsa sensação de segurança.

Porém, o planejado, na prática saiu bem diferente. Quando a guerra de atrito chegou a um cessar-fogo, em agosto de 1970, os egípcios, com total apoio soviético, já possuíam mais de 100 baterias de mísseis antiaéreos na zona do canal, e foi sob a cobertura desse “guarda chuva” protetor, que forças anfíbias em barcaças, botes de borracha e veículos de transporte de pessoal (também anfíbios), atravessaram o canal. A grande barreira de areia, erigida pelos israelenses, foi dissolvida com jatos de água, tirada do próprio canal por grandes bombas hidráulicas, usadas



pelo exército egípcio. Na sequência os egípcios montaram pontes flutuantes por onde, sob intensa cobertura de artilharia, suas forças fluíram.

Mas, os israelenses perceberam que a ameaça maior não viria do canal, lá o inimigo estava distante. Nas colinas de Golan, na época fronteira com a Síria, é que se encontrava o real perigo, os sírios, bem equipados, com carros de combate, artilharia e aviação modernos e em grande quantidade, avançaram contra as posições da linha israelense e a sobrepuseram, pondo em perigo imediato todo o norte de Israel.

Israel correu sério risco na frente noroeste, pois os sírios, pela primeira vez, atravessaram a barreira das colinas de Golan, somente com a chegada de unidades da reserva e outras vindas do Sinai, possibilitou aos israelenses reverterem a situação, primeiro detendo o ataque, e depois lançando-se à ofensiva.

Os israelenses, após retomar as colinas, avançaram até 39 km de Damasco (capital da Síria), pondo a peri-

feria da cidade ao alcance de sua artilharia. A ameaça de intervenção soviética fez com que esse ataque se detivesse antes de chegar à capital.

Na frente do Sinai, sem a usual cobertura de sua aviação de caça, o contra-ataque israelense foi detido, e as formações blindadas de Israel sofreram pesadas perdas para os mísseis anticarro soviéticos, usados pelos egípcios. A cobertura dos mísseis antiaéreos mostrou-se efetiva, mas, fora do seu alcance, o exército egípcio rapidamente perdia a iniciativa. Não tardou que os israelenses encontrassem uma brecha entre as forças inimigas e contra-atacassem, atravessando o Canal de Suez no sentido oposto às forças árabes e invadindo o Egito.

Com pouco mais de vinte dias de guerra e um impasse à vista, Estados Unidos e União Soviética resolveram intervir, em 25 de outubro de 1973 foi imposto um cessar-fogo, pondo fim ao conflito, que pode ter custado entre 30 e 50 mil vidas.

Apesar da virada no campo de batalha, os árabes não se sentiram derrotados, tinham

mostrado iniciativa e capacidade tática e lutaram com dedicação. Anwar Sadat, presidente do Egito, que, na condição de vice-presidente assumira, após a morte de Nasser (1970), passou de um desconhecido a grande personalidade da política internacional.

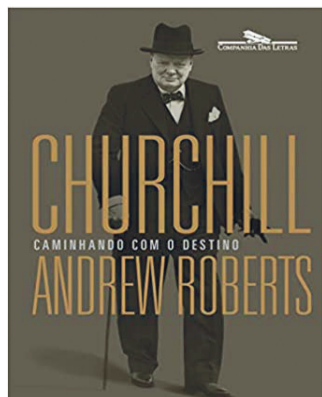
Com a “quase vitória”, Sadat teve força para negociar com Israel, foi o primeiro líder árabe a visitar o Estado de Israel e o primeiro a reconhecer o Egito. Em 1978 Anwar Sadat e o Primeiro Ministro de Israel, Menachem Begin assinaram os acordos de “Camp David”, nos EUA, pondo fim à guerra entre Egito e Israel, o Sinai foi devolvido ao Egito.

Em Israel, tanto Golda Meir, quanto Moshe Dayan, a princípio vistos como líderes firmes, passaram a ser questionados, Golda renunciou ao cargo em abril de 1974.

O maior legado da Guerra de Outubro foi a devolução dos territórios ocupados e a paz, entre Israel e Egito, seu mais destacado personagem? Anwar Sadat, o homem que conseguiu a paz, à sombra da guerra.

Eduardo José de Camargo

Biografia revela Churchill chorão e passa pano para preconceitos do premiê



Em documentários ou obras de ficção sobre a Segunda Guerra Mundial, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill quase sempre é figura de destaque, mas o curioso é que, apesar da profusão desses relatos, não se vê entre eles um traço fundamental do comportamento do político: ele era tremendamente chorão.

Churchill derramou lágrimas abundantes no casamento do filho mais velho, ao ser ovacionado por populares britânicos após os ataques aéreos nazistas que vitimaram dezenas de milhares de civis,

ao firmar a aliança de seu país com os EUA, ao ditar um discurso sobre o fim da guerra e durante toda a sua visita à França recém-libertada da ocupação alemã pelos Aliados.

“Nunca se furtou a chorar em público, mesmo como primeiro-ministro, numa época que admirava o autocontrole”, escreve Andrew Roberts, biógrafo do premiê, em seu monumental livro “Churchill: Caminhando Com o Destino”.

É claro que apenas esse tipo de detalhe íntimo não seria suficiente para preencher as mais de mil páginas da biografia. Não faltam ao livro

os meandros das estratégias militares de Churchill, as reviravoltas políticas em que se meteu ao longo de seis décadas de carreira parlamentar e duas passagens pelo cargo de primeiro-ministro.

Mas as dezenas de menções ao pranto triste ou jubiloso do líder, assim como relatos sobre seus trocadilhos e suas piadas, sua capacidade impressionante de ingerir álcool sem ficar embriagado e seu costume de ditar mensagens de Estado na banheira ou na cama, deixam clara a opção do escritor: traçar um retrato essencialmente simpático e “humano” de Churchill.

Negócios

GM perde participação e topo do mercado automotivo tem nova configuração



A configuração do mercado automotivo brasileiro está mudando. A General Motors, que lidera as vendas há mais de quatro anos com o compacto Onix, está perdendo participação, principalmente para a Volkswagen, que agora encostou na americana com uma diferença de apenas 0,1% de market share. E enquanto as duas travam uma disputa pela liderança, também há mudanças no resto do pódio, com a Hyundai ganhando espaço.

Em julho deste ano, a Volkswagen quebrou a hegemonia da GM de quase 60 meses consecutivos de liderança — 57 mais precisamente — ao emplacar o SUV T-Cross como o veículo mais vendido do mercado brasileiro no mês.

No acumulado de 2020, a americana mantém a liderança em automóveis e comerciais leves, mas com uma vantagem de apenas 0,13% sobre a alemã, segundo a Fe-

nabreve. Há um ano, essa diferença era de 2,46% (sobre uma base maior).

Com a queda expressiva dos emplacamentos neste ano, em torno de 35%, a disputa por mercado se intensificou e cresceu principalmente no segmento de empresas e frotistas — a chamada venda direta. A negociação com locadoras, que puxaram as compras na área, vem crescendo e nenhuma montadora tem ficado de fora. Em algumas delas, a venda direta chega a 50% do total.

Logo depois da Volkswagen, a Fiat ocupa “tranquilamente” o terceiro lugar no ranking de participação de mercado, com cerca de 15% de market share. Em 2019, foi o primeiro ano em seis que a marca italiana avançou em participação no Brasil. A montadora figurou como líder no país por 13 anos consecutivos até 2014.

Hyundai, Ford, Toyota e Renault disputam as próximas colocações do ranking,

respectivamente, com ligeira vantagem da sul-coreana, que em um ano tirou a francesa do posto de quarta maior montadora do país.

Já a Renault vem travando uma disputa com a Toyota, após alguns anos de lugar seguro com inúmeros modelos de boa performance, como os compactos Sandero e Kwid, além dos SUVs Duster e Captur. Mas além do avanço da concorrência, os problemas enfrentados pelo grupo globalmente trazem um desafio adicional para a companhia lidar.

Faltam quatro meses para o encerramento do ano e a tendência é que a disputa se mantenha acirrada. “Agora, a liderança do mercado vai depender da estratégia de cada empresa, incluindo venda direta, descontos e disponibilidade de amplo portfólio nas concessionárias”, diz Murilo Briganti, diretor de produto da Bright Consulting consultoria especializada.

BC não barrou pagamentos pelo WhatsApp para proteger Pix, diz diretor

O diretor de organização do sistema financeiro do Banco Central, João Manoel Pinho de Mello, afirmou, na quinta-feira (17), que a decisão do BC de suspender o serviço de pagamentos do WhatsApp, lançado em junho e barrado pelo regulador em seguida, não teve o objetivo de proteger o Pix ou os grandes bancos.

O Pix é o sistema de pagamentos instantâneos da autoridade monetária, que será lançado em 16 de novembro.

Ele ressaltou, em evento promovido pelo BTG Pactual em parceria com a PUC-RJ, que o BC se preocupa com a concorrência.

“A medida cautelar do BC à solução de pagamentos do WhatsApp não foi para proteger o Pix ou os grandes bancos, mas para proteger a competição”, declarou Pinho de Mello.

“As bigtechs [grandes empresas de tecnologia] têm

que entrar, mas existem desafios regulatórios. São bem-vindas as entradas pró-competitivas, mas temos garantir que são realmente pró-competitivas, essa foi a lógica da cautelar, não é impedir ou proteger ninguém”, alegou.

O diretor declarou, em referência à chegada do Pix, que o sistema de pagamentos brasileiro é eficiente, mas pode ser mais.

“A indústria de cartões tem um papel importantíssimo, mas o que vamos fazer é dar mais uma opção. Basicamente todas as contas transacionais estão lá, está todo mundo capturado”, disse.

Segundo o diretor, apesar da concorrência com a indústria de cartões, o sistema vai permanecer em funcionamento. “Vai aumentar a eficiência, os atores atuais são competentes, vão conseguir operar. O tamanho do bolo vai aumentar e vai ser melhor pra todo mundo”, afirmou.

Biznews



Exame

Com pandemia, cresce mercado de cozinhas voltadas ao delivery



Antes da pandemia, o delivery de comida já era um negócio em ascensão: no Brasil, cresceu 230% entre 2014 e 2019. E até 2024, deve ter mais um salto de 180%, segundo a Euromonitor International.

Chamadas de dark ou ghost kitchens, as cozinhas voltadas à entrega, que não recebem clientes, acompanharam esse boom -e podem gerar um mercado de até US\$ 1 trilhão (cerca de R\$ 5 trilhões) até 2030 no mundo, segundo a empresa de pesquisa.

Com a demanda em alta e um formato que permite investimentos mais baixos, esse formato de negócio tem chamado a atenção tanto de restaurantes estabelecidos, que querem intensificar o delivery, quanto de empreendedores que estão começando.

Dono do Tantan, em Pinheiros, São Paulo, o chef Thiago Bañares, 37, está no primeiro grupo: criou em abril, durante a pandemia, o Ototo, sua marca voltada ao delivery de bentôs, espécie de marmita japonesa, que foi hospedada em uma cozinha

administrada pela empresa de entregas Rappi.

Com uma operação semelhante a um coworking, essas cozinhas ou hubs cobram uma espécie de mensalidade e oferecem uma estrutura básica (com gás, água e exaustão) para que a negócios comece a operar. A procura pelo serviço vem crescendo depois da pandemia, segundo o Rappi, que tem mais de cem cozinhas nesse formato em São Paulo, Campinas, Fortaleza, Recife, Curitiba e Belo Horizonte.

Márcia Miragaia/Folhapress